

ARTIGO

Recebido em 30 de março de 2022
Aprovado em 03 de novembro de 2022

Economia romana, discussões antigas e a Arqueologia

Roman Economy, Outdated Questions and Archaeology

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v8i2.51075>

Paulo Pires Duprat

Doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob orientação de P. P. A. Funari. Servidor público federal em exercício como bibliotecário da BOR-CT/UFRJ desde 2005.

E-mail: ppfunari@uol.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0183-7622>

Pedro Paulo A. Funari

Professor Titular e de programas de Pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

E-mail: ppduprat@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9886-2615>

RESUMO

Os estudos sobre a Economia Antiga motivaram intensos debates desde inícios do século XX, sempre marcados por visões conflitantes acerca de suas rupturas e continuidades com o mundo moderno. O caso mais conhecido é o debate entre “primitivistas” e “modernistas”, que sempre expressam opiniões opostas: o primeiro grupo insiste que havia deficiências intrínsecas que limitaram o seu desenvolvimento; o segundo discorda, defende sua eficiência e aponta similaridades entre a economia Antiga e Moderna. Por conta disso, a economia romana é apresentada sob um caráter dicotômico: ora descrita como subdesenvolvida e de baixo desempenho, ora como próspera e avançada. Vamos destacar a influência que o primitivista Moses I. Finley teve no meio acadêmico e contestar suas ideias, desconstruindo um de seus principais baluartes teóricos: o modelo da “Cidade Consumidora”. Nosso objetivo principal é apresentar uma nova perspectiva interpretativa, baseada em uma interdisciplinaridade proativa que permita cruzar os pressupostos da Arqueologia com uma seleção mais abrangente das ciências pertinentes ao tema escolhido.

Palavras-chave: Economia antiga. Economia romana. Cidades consumidoras. Arqueologia. Anforologia.

ABSTRACT

Ancient Economy Studies have been the purpose of a long-running debate since the Early 20th Century, offering diverging perspectives through its supposed ruptures and continuities with the modern world economy. The most iconic case is the old debate between “primitivists” and “modernists”: the first group supports that ancient economy had intrinsic deficiencies that restricted its development; the second group disagrees and emphasizes that ancient economy was not only efficient enough, but also had many similarities with the modern economy. That is the reason why roman economy has been described in a dichotomous character: sometimes as an underdeveloped and underperforming entity, and in other occasions as a powerful and evolved one. We’re going to highlight the primitivistic influence of Moses I. Finley in the academic research and fight back his opinions, deconstructing one of his main theoretical assumptions: the “Consumer City” model. Our main goal is to offer new interpretative perspectives, based on a proactive interdisciplinarity approach, in order to include the ultimate archaeological discoveries through a comprehensive selection of auxiliary sciences able to explain the topic.

Keywords: Ancient Economy. Roman Economy. Consumer Cities. Archaeology. Anforology.

Os estudos sobre a economia romana têm suscitado grandes debates entre os especialistas desde finais do século XIX e inícios do século XX. Talvez a mais antiga discussão seja a travada entre os primitivistas e os modernistas: os primeiros encabeçados por Finley e seus alunos e o segundo por Rostovtzeff e seus seguidores. Dentre as particularidades de cada modelo, o mais importante é ressaltar que há uma diferença metodológica marcante, pois enquanto os segundos valorizam o papel da cultura material para o estudo da economia romana, os primeiros dedicaram pouca atenção a este tipo de fonte (REMESAL RODRÍGUEZ, 2002, p. 78).

Conhecida entre os especialistas como “Controvérsia Bücher-Meyer”¹, trata-se de uma discussão que ocorre há séculos sob uma temática recorrente e pouco avançou. Seus principais artífices foram Bücher, Meyer, Weber, Sombart, Rostovtzeff, Polanyi, com especial destaque para as teorias minimalistas de Moses I. Finley. Um dos livros de Finley, *The Ancient Economy* (1973), disseminou esse modelo conservador, onde as atividades econômicas dos antigos teriam um desempenho ineficiente, incompleto e primitivo (e, portanto, primitivista), influenciando toda uma geração de historiadores a acreditar que a economia antiga era rudimentar e funcionava de forma precária. De modo que muitos historiadores têm repetido o lugar-comum de que a economia greco-romana não era motivada pelo lucro e que havia um bloqueio cultural e tecnológico que restringia as atividades comerciais em larga escala no mundo romano (ANDREAU, 2010, p. 25).

Embora vários conceitos empregados por Rostovtzeff tenham sido criticados por se aproximarem demais do capitalismo moderno, sua ênfase na Arqueologia sempre chamou a atenção daqueles que discordam dos modelos de Finley, desenvolvidos a partir de um de seus modelos minimalistas, o de “cidade consumidora”, proposto por Sombart e Weber. Este modelo parte de uma concepção normativa e homogeneizadora das sociedades antigas que, nos últimos anos, no contexto do pós-modernismo, tem sido muito criticado por sua falta de atenção à heterogeneidade e diversidade. A economia antiga, neste contexto, é encarada como uma totalidade, homogênea, caracterizada por relações pessoais (face a face), fundada na ética contrária ao esforço, considerado como *ponos*², a partir de um *ethos* urbano, masculino, de elite e, no limite, representado por poucos pensadores antigos. A insatisfação com esses modelos normativos deriva tanto de considerações epistemológicas como empíricas (FUNARI & GARRAFFONI, 2006, p. 53-4).

Não obstante, foi com esse modelo normativo e conservador da economia antiga que Finley alcançou um sucesso imenso entre os acadêmicos da área, pois levou em conta alguns pressupostos da Sociologia e da Antropologia, o que fez seu modelo parecer factível. Esse ponto de vista se instala em todos os meandros da atividade produtiva dos antigos, entendida por ele como “primitiva” ou “incorporada”

¹ O desacordo surgiu com as afirmações que Karl Bücher fez em sua tese (1893), de que a Economia Antiga nunca superou o estágio econômico da “economia doméstica fechada”. Como o tema de seu doutorado era a formação das economias nacionais, sua posição acarretou rejeições rigorosas dos estudiosos de elite da História Antiga, dentre os quais Eduard Meyer e Karl Julius Beloch, que a acusaram de ser uma descrição minimalista, infundada e não científica da economia antiga. Meyer e Beloch defenderam, por sua vez, que alguns períodos da História Antiga eram comparáveis com o capitalismo moderno (REIBIG, 2001). E foi assim que começou essa disputa entre visões conservadoras e progressistas acerca da Economia Antiga, que mais tarde será conhecida como “Bücher-Meyer Controversy”, cujas ideias continuam reverberando nas atuais discussões sobre a Economia Antiga.

² “*Ponos*” vem do grego antigo (Πόνος) e se trata da personificação das adversidades, do trabalho duro ou da labuta. De acordo com a Teogonia de Hesíodo (226-232), *Ponos* (“doloroso”) era filho de *Eris* (Discórdia), sem pai; de acordo com Cícero, *Ponos* era filho dos deuses primordiais, *Nyx* (Noite) e *Erebus* (Escuridão) e irmão de outras personificações (Cícero, *De Natura Deorum*, 3.17). Saiba mais em <https://en.wikipedia.org/wiki/Ponos>.

(*embedded*). Segundo essa perspectiva, gregos e romanos sequer tinham noção da economia no sentido moderno da palavra, como esfera própria das interações humanas que reúnem a produção, distribuição, consumo de bens e serviços; nada ultrapassava a escala dos negócios familiares praticados pelo *paterfamilias* no contexto da *household*.³ No mundo moderno, arroga-se que essa esfera de atividade é distinguível das demais formas de atividade social e política e que, portanto, estaria desconectada ou “diferenciada” de preocupações sociais e políticas. Assim, embora gregos e romanos produzissem, comercializassem e consumissem bens e estivessem envolvidos em várias formas de intercâmbio, incluindo o comércio de longa distância e sistema de crédito, a despeito de terem desenvolvido sistemas monetários sofisticados, eles não viam essas atividades como sendo parte de um sistema distinto, aquilo que chamamos de “economia” (ENGEN, 2005, p. 359-60).

Andreau explica que as palavras ou expressões que os gregos e romanos inventaram são mais ou menos próximas da nossa noção de “economia”, mas nenhuma delas pode ser considerada como seu sinônimo. Ao investigarmos, sob a perspectiva moderna, tudo o que os antigos disseram a respeito de economia, seja em seus textos agronômicos ou jurídicos, já estamos incorrendo em uma investigação em certo sentido anacrônica, pois os antigos, embora se interessassem pela agricultura, pecuária, empréstimo de dinheiro, beneficiamento, containerização e logística de produtos alimentícios, transporte marítimo, comércio, manipulação de preços, gestão portuária etc., eles nunca sistematizaram essas ideias em um só campo do conhecimento. Os trabalhos de Aristóteles, Xenofonte, Estrabão, Catão, Varrão, Columela, Plínio, o Velho, dentre muitos outros, decerto são excelentes fontes para se alcançar informações econômicas, mas não foram construídos para dar conta de assuntos econômicos tal como o entendemos hoje e, portanto, precisamos levar em conta que não existia a disciplina da economia nos tempos antigos. As coisas eram diferentes: por exemplo, o Direito na Roma Antiga consolidou-se como uma disciplina intelectual autônoma, mas a Economia, ainda não. Contudo, os gregos e os romanos sabiam manejar a produção e o comércio e dominavam alguns conceitos filosóficos sobre o tema. É o caso do conceito de “autarquia”, por exemplo. Mas não só: embora o conceito de preço de mercado seja moderno, de uma forma ou de outra, os antigos já o conheciam e tinham maneiras de expressá-lo (ANDREAU, 2018, p. 223-226).

Funari; Carlan & Duprat (2019, p. 23) vão além e enfatizam que não há dúvida que a ciência econômica (*economics*) é moderna, até porque os antigos entendiam a economia como a gestão da casa e não das relações econômicas na cidade. A ciência econômica é filha da razão (*reason*, em inglês, *ratio*, em latim, o cálculo) e está a par do pensamento laico (secular, em inglês, do mundo, não da alma ou do espírito). Não poderia prosperar antes do século XVII, pois sequer havia a possibilidade de pensar o mundo nesses termos, distanciados de considerações religiosas e morais. Mas, e a materialidade da produção e das trocas? Os sentidos práticos e quotidianos de produzir e trocar (*economy*) estão com os humanos desde as profundezas da Pré-História, como atestam os recorrentes estudos sobre a economia (*economy*) dos caçadores-coletores. Economia, aqui, adquire o sentido de tudo que o ser humano (ou os hominídeos) adotaram como prática para viver ou sobreviver, a começar pela premência da alimentação,

³ Em aula proferida em 1979, Foucault contestou essa noção de que a unidade de produção dos antigos, conhecida como *household*, não seria capaz de cumprir seu papel como uma unidade de produção racional que visava ao lucro: “*O que é propriedade privada senão um negócio? O que é uma casa individual senão um negócio?*” (FOUCAULT, 2004, c1979, p.154).

princípio básico da sobrevivência e da reprodução. Existe, pois, uma dimensão bem animal e materialista na economia, que passa pela manutenção, sobrevivência e perpetuação da espécie. Nesse sentido, bem material, que estava lá em Heráclito (535-475 a.C.) e em Karl Marx (1818-1883), não se pode sequer conceber a vida sem essa dimensão. A questão que apoquentava os estudiosos sempre foi ultrapassar a dicotomia entre economia (*economy*), ou arte de viver, e a teoria sobre a arte de viver, a economia (*economics*), invenção moderna e ligada ao capitalismo (FUNARI; CARLAN; DUPRAT, 2019, p. 24).

Voltando às teorias minimalistas de Finley, Andreau (2002) e Cardoso (2011) resumem bem seu modelo sobre a economia antiga Clássica: a agricultura era a atividade mais importante; mas seus produtos eram consumidos no local da produção e não eram comercializados. As cidades dependiam das remessas dos excedentes de produção do campo, pois eram centros de consumo (*cidade consumidora*). Não havendo mercados maciços, não era possível fixar o preço dos produtos segundo a lei de oferta e procura, então o volume de comércio a longa distância era pequeno e estava restrito aos produtos de luxo, voltados à elite. Os comerciantes e artesãos tinham *status* social baixo⁴ e havia pouca possibilidade de promoção social: ou o romano era um latifundiário nobre e rico e fazia parte da elite, ou era paupérrimo e fazia parte da plebe; ou pior, podia ser um reles escravo, mero “objeto” desprovido de cidadania e direitos.

Ora, sabemos que havia muita pobreza e desigualdade na Antiguidade, contudo, aquele era um mundo muito diferente do nosso e essas ideias não passam de opiniões reducionistas, impregnadas de preconceitos modernos e comparações inapropriadas com o capitalismo. Não acreditamos nelas e defendemos que a economia antiga apresentava matizes muito mais diversas do que esse discurso em preto e branco procura perpetuar. A economia romana do Principado era o que havia de mais avançado em sua época e alcançou níveis de adesão e produção que só foram superados no Período Moderno, a Arqueologia comprova. Bem que J. Andreau nos alertou sobre a dificuldade de superar ideias equivocadas em história econômica: “quando os expulsamos pela porta, eles retornam pela janela” (2012, p. 2). De modo que a iniciativa de Rostovtzeff de utilizar a Arqueologia para compreender melhor a economia antiga foi muito fortuita pois, desde então, os modelos primitivistas, ancorados na tradição literária, passaram a ser contestados, sobretudo a partir da década de 1960, depois de uma profusão de estudos arqueológicos capazes de desafiar de forma crescente os modelos normativos de cultura e sociedade (FUNARI, 2014, p. 19-20).

Dentre os especialistas que trabalham com os documentos literários e a cultura material, há diferentes posturas: alguns defendem que a Arqueologia complementa as lacunas da literatura, enquanto outros procuram enfatizar as contradições inerentes a cada tipo de documento e as diversas respostas que cada uma pode fornecer (FUNARI, HALL & JONES, 1999). Acreditamos que devemos explorar ambas as perspectivas com muito senso crítico e cruzar essas informações; ao analisar cada documento em seu contexto, surge uma multiplicidade de aspectos que enriquecem e dinamizam a interpretação da organização econômica romana: como os literatos do período possuíam um estilo de escrita inserido em um discurso político de elite, seus olhares estabeleceram inúmeros juízos de valor, que versaram mais

⁴Finley lidou com a Economia Antiga como uma entidade homogênea, que compartilhava características comuns desde o período da Grécia Arcaica até a Antiguidade Tardia, a despeito das imensas diferenças cronológicas e geográficas. Sua base seria a agricultura e seu objetivo primordial, a autossuficiência (ANDREAU, 2002, p. 34). Ciro Cardoso (2011, p. 20) aponta o papel decisivo da Arqueologia para a refutação das teorias minimalistas para o caso romano, segundo ele, mérito do trabalho de K. Greene (1986).

sobre o estranhamento deles em relação aos “outros” do que sobre suas técnicas de produção, cuja apropriação foi primordial para o sucesso do agronegócio romano, ao final de um longo processo. Neste sentido, embora a literatura do período nos forneça pistas valiosas sobre a administração imperial, sobre a vida dos povos conquistados, sobre a geografia, as políticas empregadas, seu julgamento é parcial e pouco tem a dizer sobre a organização do comércio ou das *uillae*, onde se cultivavam os produtos e produziam-se os recipientes para transportá-los (FUNARI & GARRAFFONI, 2006, p. 55).

Diante destas questões, alguém pode sugerir que basta evitar categorizar como “econômicos” os temas do mundo romano ou mesmo de tomar a “economia antiga” como um objeto, já que as noções de “economia” e de “econômico” são mais recentes do que a de “sociedade”. Mas isto seria impraticável: em outras palavras, ao referir-se às sociedades antigas, o historiador se veria prisioneiro da mera descrição e estaria obrigado a restringir-se ao vocabulário e categorias que os próprios antigos aplicavam para falar de si mesmos (CARDOSO, 2011, p. 18). Por isso, não devemos evitar comparações entre o mundo antigo com o moderno, muito ao contrário: em primeiro lugar, porque não é possível ao pesquisador abstrair-se de seu tempo e estudar o passado de forma isenta; em segundo, porque as ciências e tecnologias modernas oferecem ferramentas poderosas para a análise econômica que os antigos não dispunham, tais como o raio X, o exame de DNA, a espectrografia, entre outras técnicas capazes de identificar vestígios arqueológicos e estimar sua datação, campo marcado pela interdisciplinaridade. No entanto, precisamos comparar esses mundos sob uma perspectiva adequada para evitar anacronismos⁵.

Estamos confiantes, pois os dados apresentados pela Arqueologia já formaram massa crítica capaz de contestar de forma contundente a teoria minimalista, sobretudo no que se refere ao período que compreende os finais da República, perpassa o Principado e segue até inícios do Império Tardio, quando diversos produtos primários, sobretudo o vinho, o azeite e as salações de pescado passaram a ser exportados a longa distância através das ânforas, cujos remanescentes podem ser rastreados por todo o Mediterrâneo. Mas não só: dispomos também de diversas evidências arqueológicas das atividades produtivas dos antigos em suas cidades, que vão desde as fábricas onde os produtos foram elaborados, como também das olarias que produziram as ânforas que as embalaram, além de diversas atividades colaterais, tais como a produção da resina que era necessária para impermeabilizar os contêineres. De modo que estas serão nossas fontes primárias e a nossa hipótese é que estamos diante de uma economia de produção que alcançou *status* de sistema integrado.

Finley, oposições binárias e a Arqueologia

Como já vimos, nos trabalhos de Finley figura a premissa de que a vida econômica da Antiguidade greco-romana jamais foi percebida pelos antigos como um campo autônomo de experiências da vida social. Isso, segundo Finley, tinha implicações práticas no modo pelo qual as atividades econômicas eram organizadas e institucionalizadas. A agricultura, as atividades comerciais, a escravidão, as clivagens sociais, as cidades - todas as instituições do mundo antigo deveriam ser pensadas a partir de conceitos

⁵ A. Bresson denuncia que o anacronismo grassa nos estudos sobre a economia do mundo antigo, pois nunca são estudados no âmbito de suas motivações intrínsecas e sempre são considerados como contrapartidas inferiores do mundo capitalista (2015, p. 14).

“apropriados à economia antiga, e não à nossa” (FINLEY, 1973, p. 27). Neste livro, onde sintetizou suas reflexões sobre a “economia antiga”, o autor propôs um recorte sobretudo temático e não cronológico dos dados da história socioeconômica antiga: cada capítulo foi desenvolvido por meio de oposições binárias: “ordem e status”, “mestres e escravos”, “senhores e camponeses”, “cidade e campo”, “estado e economia”, cada par de opostos contrastado a partir de um diálogo entre leitura de fontes e questões da antropologia econômica, da sociologia rural, da historiografia da escravidão nas Américas (PALMEIRA, 2007, p. 11).

No que se refere ao método das oposições binárias, esse dualismo costuma ser criticado por apresentar resultados reducionistas; no entanto, trata-se de um recurso heurístico útil para enfatizar configurações e arranjos sociais. Essas dicotomias são ferramentas capazes de discernir as relações entre os grupos dominantes e os subalternos, sob uma perspectiva pós-moderna e pós-colonial (MARQUETTI & FUNARI, 2019, p. 23). Ora, se adotarmos uma análise mais complexa, que inclua múltiplas dicotomias sobre um dado tema, poderemos oferecer um resultado mais representativo sobre o passado. De modo que acreditamos que uma estratégia metodológica bem engendrada é capaz de resolver boa parte dos problemas dos objetos de pesquisa sobre a economia antiga e vamos comentar mais sobre isto adiante.

De modo que não é apropriado condenar Finley por lançar mão de oposições binárias; em nosso entendimento, o que comprometeu o seu trabalho foi ignorar a contribuição da cultura material. Finley preferia trabalhar com a literatura antiga e não se sentia à vontade com a Arqueologia: ele a considerava uma verdadeira “maldição”, pois sabia que o caráter indestrutível da cerâmica podia desafiar suas interpretações. Abaixo, destaquei dois trechos (em diferentes obras) onde ele deixa escapar seu menosprezo pela Arqueologia e sua preferência pela evidência literária:

Somos muito frequentemente vítimas da grande maldição da Arqueologia, a indestrutibilidade dos vasos. Como R. M. Cook⁶ observou, só “porque a cerâmica sobrevive que sua importância industrial tem parecido grande” (FINLEY, 1965, p. 41-2, grifo do autor).

Os tijolos romanos e as ânforas como objetos nos dizem pouco em si mesmos e fornecem bases insuficientes para optar entre possíveis explicações históricas, uma vez que os símbolos e abreviações neles inscritos são igualmente ambíguos ou inconclusivos [...] a questão histórica mais insistente que se pode colocar sobre um achado arqueológico é: ele apoia ou falsifica a tradição literária? Essa abordagem dá prioridade automática à evidência literária [...]. (FINLEY, 1985, p. 20-1)

Diante destes argumentos, propomos uma releitura dessas teorias à luz das mais diversas evidências arqueológicas, de forma a demonstrar que a economia dos antigos era mais avançada do que Finley e seus seguidores estavam preparados para aceitar. Nunca é demais enfatizar que a indestrutibilidade dos vasos, alegada pelo próprio Finley, permite recuperar somente uma parte dos dados econômicos, ou seja, os produtos que foram despachados através das ânforas. Se pudessemos estimar o volume que foi transportado por outros contentores que foram utilizados na época, tais como barris, odres ou *dolia*, com

⁶ Finley se refere a obra de R. M. Cook, *Greek Painted Pottery* (1960), que discorre sobre uma relação comercial que existiu entre ceramistas de ânforas artísticas, com alto valor agregado, e alguns comerciantes do séc. V a.C., que teria sido interrompida de forma súbita, sugerindo que isto seria sinal de uma fragilidade nas relações comerciais dos antigos. Contudo, o comércio de produtos de luxo extrapola nosso objeto de estudo e nossa análise recai sobre o período romano, muito posterior.

certeza poderíamos comprovar que a realidade econômica foi muito mais pujante do que a estimativa de volume através das ânforas permite entrever.⁷

Seria a cidade antiga consumidora ou produtora?

Para alcançar os objetivos deste trabalho, não será necessário desconstruir todas as premissas defendidas pela teoria minimalista ponto a ponto; para o momento, basta contestar a ideia da “cidade consumidora”, um dos principais baluartes do discurso de Finley, cuja origem remonta as ideias de Sombart e de Max Weber. Essa noção de cidade consumidora é qualificada como um “conceito”, ou um “modelo”, ou um “tipo” ou mesmo um “tipo ideal” (*idealtipe*): a palavra varia de acordo com os historiadores e arqueólogos que se debruçaram sobre o tema. Segundo H. Bruhns, qualquer que fosse o interesse de Finley sobre a cidade antiga e o campo, ele não compreendeu de forma plena esse conceito.⁸ Contudo, a ideia de “cidade consumidora” permitiu que Moses Finley dominasse o pensamento teórico sobre o desempenho econômico das cidades gregas e romanas desde o final do século XX. Seguiu-se uma convicção no meio acadêmico que, raras exceções (Roma, Atenas, Alexandria, Cartago etc.), as cidades do mundo antigo dependiam da exploração do campo por meio de rendas e impostos para seu sustento e visavam, sobretudo, à autossuficiência, baseadas em relações comerciais locais. O reflexo desse pensamento indicava que havia pouca necessidade ou desenvolvimento real de manufatura urbana e de comércio inter-regional (MATTINGLY, 1997, p. 205).

Não obstante, as cidades sempre foram uma parte definidora da cultura romana; sua incorporação sistemática pelo Império Romano trouxe um grau de urbanização sem precedentes em vastas áreas do seu território, sobretudo no noroeste da Europa e no norte da África. Seria de esperar que tal nível de urbanismo tivesse um impacto estrutural na economia do mundo romano e, por causa disso, o papel econômico da cidade romana tem sido objeto de amplo debate. Pois embora os romanos dominassem os preceitos da Arquitetura e do Planejamento Urbano a ponto de conseguirem monumentalizar suas cidades, sua produção artesanal tem sido considerada de menor importância econômica porque a discussão da questão foi incluída no debate sobre a aplicabilidade do modelo de “cidade consumidora” ao mundo antigo (WILSON, 2002, p. 231). Neste aspecto, a cidade antiga é considerada como oposta à cidade medieval, vista pelos historiadores sociais do início do século XX, tais como Bücher, Sombart e Weber, como uma “cidade produtora”, politicamente independente de uma aristocracia rural, que se sustentava através do comércio, da manufatura e serviços, sob um contexto equilibrado com o campo (SOMBART, 1916-27, 1, p. 142-3; WEBER, 1924, p. 13; BÜCHER, 1925-6, p. 371-80). Esses estudiosos viam a cidade medieval como um elemento-chave no surgimento do capitalismo no final da Idade Média. A cidade clássica, ao contrário, era consumidora, deficitária, ineficiente; tanto ela quanto o campo eram governadas pela mesma elite sem separação política; submetidas às necessidades da classe dominante de consumo, então a antiga cidade consumidora era vista como um fator-chave, responsável pelo subdesenvolvimento percebido na economia antiga (WILSON, 2002, p. 231).

⁷ Saiba mais sobre o tema da Arqueologia Efêmera em Marlière (2019).

⁸ BRUHNS, H. *Max Webers historische Sozialökonomie. L'économie de Max Weber entre histoire et sociologie*. Wiesbaden: Harrassowitz, 2014, p. 41-54 apud ANDREAU, 2017, p. 762.

Essas questões foram tema de acalorados debates nas décadas de 1980 e 1990 e continuam reverberando em nossos dias sem qualquer definição. Não obstante, esses debates estiveram ligados não ao aprofundamento da pesquisa nas obras originais de Bücher, Sombart ou Max Weber, mas ao livro sobre a economia antiga de Finley, que sintetizou essa noção e opôs a economia greco-romana com as da Idade Média e Moderna na Europa Ocidental, de modo que os antigos teriam “cidades consumidoras” e os demais “cidades produtoras” (ANDREAU, 2017, p. 762). Ou seja, essa foi apenas uma das oposições binárias que Finley usou como ferramenta, trazendo à tona as ideias de Weber, que andavam meio esquecidas. H. Bruhns (1996, p. 1274) explica que a influência que Weber alcançou entre seus pares sobre a economia antiga não durou muito e que foi perdendo impacto ao longo das décadas, até que suas premissas foram redescobertas e revigoradas por Finley em um processo gradual, que começou com “The Ancient Economy” (1973), continuou com “The Ancient City: from Fustel de Coulanges to Max Weber” (1977) e “Max Weber and the Greek City State” (1985) e persistiu até o epílogo da 2ª edição de “The Ancient Economy” (1985). Desde então, os estudiosos da economia antiga tendem a resumir sua contribuição em poucos conceitos e teorias e leem Weber através de Finley ou Polanyi (BRUHNS, 1996, p. 1274).

Por exemplo, Andreau (2017, p. 764) observa que W. Jongman publicou, em 1988, um livro sobre Pompeia onde explorou de forma sistemática as ideias do minimalismo econômico mais que o próprio Finley.⁹ E não deu outra: essa percepção conservadora levou Jongman a considerá-la como uma “cidade consumidora”, reafirmação poderosa dos argumentos de seu mestre. Contudo, Mattingly enfatizou que seu fraco manuseio das evidências arqueológicas acarretara muitos problemas (1997, p. 206). Pois bem, ao contrário de Jongman, o trabalho de Wallace-Hadrill demonstrou, a partir de prospecções arqueológicas, que o centro urbano de Pompéia era dedicado tanto à residência das elites quanto às atividades comerciais e artesanais (1994, p. 118-142 apud ANDREAU, 2017, p. 768). Trabalhos recentes sobre Pompeia, que se basearam na Arqueologia, confirmam que a cidade abrigava atividades econômicas muito significativas e atuava tanto como balneário da elite, quanto espaço de produção econômica.¹⁰ Vamos explorar esse tema em outra oportunidade.

Na Grã-Bretanha, entre os anos de 1990 e 2000, foram publicados diversos artigos e livros discutindo Finley e sua temática da “cidade consumidora”, uns rendendo homenagens, enquanto outros buscavam refutar suas ideias. Na maioria das vezes, são os próprios alunos de Finley e alunos de seus alunos que reestudaram o modelo de “cidade consumidora” e estão tentando atualizar o modelo do mestre para que este continue em voga, ao menos em parte. Andreau (2017, p. 764) destaca o emblemático caso de P. Horden e N. Purcell (2000): influenciados pela tese de Braudel (1949), eles desenvolveram um trabalho icônico que enfatizou o aspecto geográfico, geopolítico e marítimo das cidades do Mediterrâneo sob a perspectiva de que os recursos de cada região teriam sido complementares entre si, formando um verdadeiro microcosmo global no entorno da bacia mediterrânica. A obra tem se demonstrado um verdadeiro bastião acadêmico para diversos historiadores, dentre os quais estamos incluídos. Contudo, os autores declaram a certa altura que o modelo minimalista fez tanto sucesso no mundo anglo-saxão que a

⁹ W. Jongman, *The Economy and Society of Pompeii*. Amsterdam, 1988.

¹⁰ CURTIS, 1979; ÉTIENNE & MAYET, 1991,1998 e 2002; WALLACE-HADRILL, 1994; ALFARO GINER, 2010; BERNAL CASASOLA, 2016.

“cidade consumidora” e a cidade antiga se tornaram “praticamente sinônimas”¹¹. Eles elogiam o trabalho de Sombart (1916-27, 1, p.142-2), ao mesmo tempo em que tentam refutar o modelo, mas acabam confessando que o preferem aos demais modelos de cidade que foram desenvolvidos. Vide, abaixo, um trecho onde isto fica claro:

Em um senso óbvio, todas as cidades eram centros de consumo: a civilização, no seu sentido estrito, só foi possível porque poucos cidadãos puderam viver dos excedentes de muitos camponeses (HORDEN & PURCELL, 2000, p. 105).

Procuraram, também, apresentar objeções e melhorar o modelo C.R. Whittaker (1997), H. Parkins (1997), N. Morley (1996 e 2004) e P. Erdkamp (2001). Mesmo assim, suas reflexões não nos convenceram a aderir ao modelo canônico de “cidade consumidora”, mas não há como negar que foi útil aos historiadores da cidade antiga Clássica (ANDREAU, 2017, p. 768). Alguns autores consagrados da *Cambridge Economic History of the Greco-Roman World*¹² também fizeram alusões sobre o tema da cidade consumidora. Já citado, W. Scheidel acrescentou que este modelo não impede uma certa evolução econômica positiva do campo, ainda que a cidade possa ser considerada como uma “parasita do campo” (SCHEIDEL, 2007, p. 81-85). Os três editores do volume se referem ao tema logo na introdução (SCHEIDEL; MORRIS; SALLER, 2007, p. 2-4); D. P. Kehoe também aborda o assunto na sua contribuição sobre as crescentes oportunidades econômicas que surgiram no período da *Pax Romana* (KEHOE, 2007, p. 546). Por fim, N. Morley volta sua atenção para a cidade de Roma, capital do Império, considerada como a “cidade consumidora” por excelência (“cidade consumidora arquetípica”), propondo que esta teria se configurado como um centro de demanda ao qual acorriam toda sorte de bens das diversas regiões do Império (MORLEY, 2007, p. 577-578). No entanto, ele enfatiza que as características da cidade medieval e moderna, tal como Sombart e Weber as construíram, deveriam ser questionadas e que todo esse debate é caracterizado por um pronunciado eurocentrismo (ANDREAU, 2017, p. 769).

Pode ser que todas essas contribuições tenham o problema de misturar ou mesmo confundir vários aspectos que mereciam ser discriminados de forma cuidadosa: o aspecto topográfico e arqueológico; o aspecto social e político das hierarquias e instituições; a do funcionamento da vida econômica; e, finalmente, o aspecto da reflexão intelectual e filosófica (ANDREAU, 2017, p. 767). Em suma, essa obsessão em apresentar um comportamento econômico recorrente entre a cidade antiga e seu território rural no âmbito das cidades gregas e romanas ao longo de eras funciona como um “leito de Procusto” e atrapalha mais do que ajuda. Não seria melhor buscar uma tipologia segundo suas características econômico-sociais, localização e peculiaridades históricas?

De forma que acreditamos que a “cidade consumidora” se tornou um modelo que não é apropriado para as cidades do Império Romano, embora tenha suscitado alguma discussão sobre um tópico que muitos de nós achamos que vale a pena abordar (HARRIS, 1993, p. 28). Não obstante, essa ideia ultrapassada da cidade consumidora, herdada de Sombart e Weber, alcançou seu ápice mais de meio século depois de seu tempo sob a pena de Finley e continua cativando as convicções dos colegas até hoje. Este modelo

¹¹ HORDEN & PURCELL, 2000, p. 105.

¹² *The Cambridge Economic History of the Greco-Roman World*. W. Scheidel, I. Morris, R. Saller (eds.). Cambridge, Cambridge University Press, 2007.

decepciona ao mesmo tempo que instrui. Decepciona, porque os debates que o marcaram são, se pensarmos um pouco em retrospectiva, pouco consistentes e poucos resultados tangíveis foram alcançados. Mas foi instrutivo, pois levantou várias questões úteis, que contribuíram para uma análise mais aprofundada sobre a cidade e do campo antigos, bem como para uma conceituação mais avançada das estruturas da economia e da sociedade greco-romana. Segundo Andreau (2017, p. 769-70), não devemos persegui-lo, mas considerá-lo, do ponto de vista historiográfico, como um momento ao mesmo tempo revelador e ultrapassado na pesquisa histórica sobre a Antiguidade.

Cidades antigas, estudos de caso e novas maneiras de pensar

É possível que o sucesso do modelo da “cidade consumidora” tenha ocorrido por parecer adequado para algumas cidades mais antigas, sobretudo nos períodos Clássico e Helenístico. O problema é que as exceções à regra sempre abundaram. Por exemplo, J. Bintliff defende que as cidades gregas eram, na verdade, uma variante curiosa entre cidade produtora e cidade consumidora. Embora seus habitantes decerto estivessem preocupados com a produção primária e sua autossuficiência, havia muita diversidade de casos, como o da cidade e porto da megalópole imperial Atenas-Pireu, onde, sob um arranjo político que não era incomum, a população residente parece ter sido composta em grande parte por estrangeiros, cuja principal atividade, desde que foram proibidos de possuir terras, era o artesanato e o comércio (BINTLIFF, 2014, p. 208-9). Já o exame minucioso da cidade portuária romana de *Leptiminus*, na Tunísia, após um levantamento arqueológico de superfície, que mapeou tanto os remanescentes das ânforas quanto os fornos que as produziram, convenceram Mattingly e colegas (MATTINGLY et al, 2001) que estavam diante uma cidade produtora, voltada ao processamento e containerização dos produtos do seu campo, sobretudo azeite, vinho e conservas de peixe, todos voltados ao mercado inter-regional. Parece-nos factível, portanto, que tais saídas marítimas tenham sido decisivas na Antiguidade, sobretudo no período romano, muitas vezes definindo a vocação econômica de boa parte das cidades litorâneas no entorno do Mediterrâneo que, em geral, apresentavam concentrações demográficas mais elevadas e, devido à proximidade com o mar, tinham acesso à extração de sal e inúmeras atividades haliêuticas, além do principal meio para escoar sua produção: o navio. Mas não só: a Arqueologia está descobrindo que muitos centros de produção também ocorriam no interior, nas confluências das principais estradas e áreas próximas dos portos e embarcadouros, fossem marítimos ou fluviais, cujo exemplo mais emblemático está situado na região da Bética e o Rio Guadalquivir, na Hispânia.¹³

D. Engels também abordou o viés marítimo em sua teoria de que certas cidades antigas eram cidades de serviço¹⁴, aludindo às intensas atividades comerciais da cidade de Corinto durante o Principado romano, sobretudo pela sua proximidade com o mar, seu amplo domínio das técnicas de navegação e conhecimento das rotas marítimas (WILSON, 2002, p. 233; ANDREAU, 2017, p. 767). Já P. Leveau, com base em seus

¹³ Uma abordagem mais útil sobre o papel econômico da cidade antiga seria examinar sua atuação nas redes comerciais de curta, média e longa distância. Ao avaliar até que ponto as cidades atuavam como elementos em sistemas de comércio relevantes para a economia imperial, suas funções se tornam mais aparentes. Poderíamos esperar encontrar algumas diferenças entre os portos costeiros e as cidades mercantis do interior refletidas em suas oficinas de cerâmica (WILSON, 2002, p. 266).

¹⁴ ENGELS, Donald. *Roman Corinth: an alternative model for the classical city*. Chicago: University of Chicago 1990.

estudos sobre a cidade de Cesareia na Mauritânia e seus campos¹⁵, propôs outra concepção para a cidade romana, que ele chamou de “cidade organizadora”. Segundo ele, o que contrabalançava a importância do consumo na cidade antiga não era a manufatura nem o comércio exterior, mas a forma como esta cidade organizava o seu território, ou seja, o campo seria uma estrutura de organização do espaço rural controlado pela cidade (ANDREAU, 2017, p. 764). Leveau argumentou também que, embora o papel que a política exercia na cidade fosse decisivo, o modelo de cidade consumidora não leva em conta que as elites urbanas investiam seu capital tanto em atividades agrárias quanto comerciais e que, em seus atos de *euergetismo*, eles investiram não apenas os lucros da terra, como também os que foram obtidos através do comércio, mesmo que isto só tenha sido possível através do uso de administradores de *status* inferior (LEVEAU, 1983b), tais como os libertos. A cidade romana forneceu não só um mercado para os produtos agrícolas, como também desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento das províncias conquistadas nos primeiros séculos a.C. e d.C., organizando o espaço rural do entorno e estimulando a exploração da terra por meio de vilas (idem, 1983a). Esse autor observou que, em muitas áreas (Grã-Bretanha, Gália, África), a cidade parece ter precedido o estabelecimento do sistema de *uillae*; os programas massivos de construção envolvidos na urbanização só teriam sido possíveis através de uma injeção de capital oriunda de múltiplos fundos e não apenas das rendas rurais, que só foram seguidos por investimentos da elite em momento posterior. É provável que os programas de construção tenham empregado parte da mão de obra rural (WILSON, 2002, p. 232).

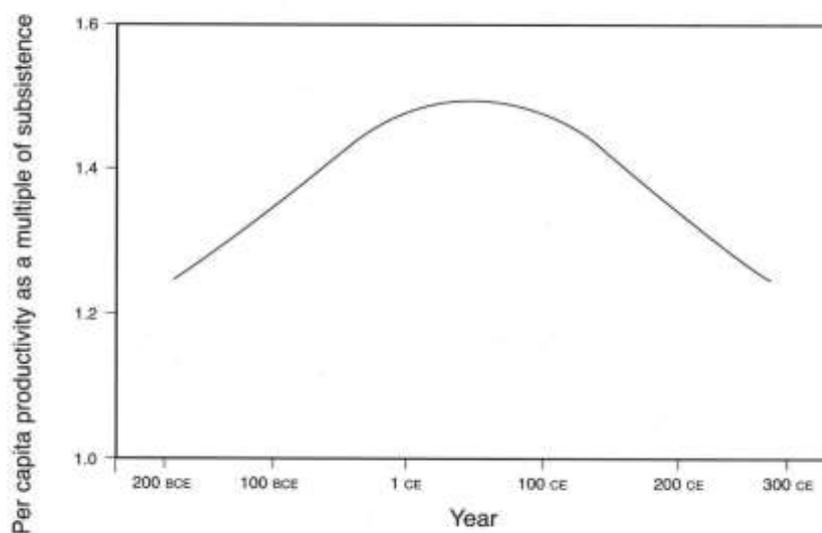
Outra teoria, a da “cidade processadora”, foi desenvolvida por K. Hopkins (1980 e 2002). Há dois pontos a se destacar neste “novo” modelo de Hopkins: a cidade atua como intermediária entre o campo e os mercados externos à cidade, bem como entre o campo e o Império, sob o ponto de vista tributário. Hopkins foi o primeiro discípulo de Finley que reconheceu a importância das evidências arqueológicas para o estudo da economia antiga. Sucessor de Finley em Cambridge, Hopkins foi o primeiro a introduzir uma série de matizes no modelo de explicação minimalista. Esses vieses abriram espaço para falar de um discreto crescimento do produto interno bruto do Império Romano entre finais da República e o Principado, baseado em uma expansão territorial sem precedentes que desenclavou recursos até então retidos (DUPRAT, 2015, p. 44) e continuou a prosperar através da apropriação dos excedentes das cidades que foram absorvidas pelo imperialismo romano. Esta questão é primordial, pois foi a institucionalização das províncias que permitiu a criação do sistema fiscal de Augusto. Por isso, precisamos descrever mais amíúde o raciocínio lógico dedutivo que inspirou o modelo elaborado por Hopkins, considerado por Andreau “o modelo mais conhecido e de grande importância para o estudo do funcionamento da economia romana” (ANDREAU, 2002, p. 33), pois discrimina as principais forças que possibilitaram o crescimento econômico e as trocas comerciais, explorando as implicações lógicas da interação de diferentes variáveis econômicas: sistema de impostos; produtividade; rendas da aristocracia; trabalho especializado; consumo; urbanismo; comércio local, regional e de longa distância; circulação monetária e desenvolvimento do sistema de crédito. O raciocínio de Hopkins se fundamenta na análise em nível macroeconômico e se afasta desta visão generalizadora e minimalista da economia romana, apresentando uma concepção desenvolvimentista para o período compreendido entre o final da República e durante o Alto Império (DUPRAT, 2015, p. 24).

¹⁵ LEVEAU, Philippe. *Caesarea de Maurétanie: une ville romaine et ses campagnes*. Rome: Ecole française de Rome; Paris: Diffusion de Boccard, 1984.

O modelo de Hopkins, em suma, prevê que a cobrança de rendas e impostos e o seu dispêndio longe do local onde foram arrecadados - ou seja, quer isso ocorresse nas regiões receptoras de impostos, ou nas províncias como participação na *annona*, ou mesmo nos locais onde os exércitos estavam estacionados - estimulou a necessidade de ampliação do excedente comercializável nas regiões pagadoras de impostos (Britânia, Hispânia, sul da Gália, norte da África, Ásia Menor, Síria e Egito), ampliando as linhas de comércio, a economia monetária, estimulando a divisão do trabalho e a urbanização. Afinal, quem tem que pagar imposto precisa trabalhar e produzir com urgência para obter uma renda estável. Então, as cidades serviam tanto como lugar de moradia quanto de produção econômica, além de entrepostos para o comércio de média e longa distância, conforme a sua localização. Roma agiu como um centro acelerador, ampliando a velocidade da economia do Mediterrâneo. Devido à maior concentração de pessoas e de poder aquisitivo, os preços em Roma eram os mais altos, ou seja, não havia melhor negócio do que exportar os seus produtos para a metrópole. Isto encorajou o desenvolvimento de uma rede inter-regional integrada por cidades satélites ao redor de Roma. Considerando que o transporte marítimo era muito mais barato do que o terrestre, esta rede de cidades ligadas a Roma podia estar localizada em qualquer lugar, fosse no sul da Hispânia, o norte da África ou o norte da Itália. A rede de estradas que os romanos implantaram em suas províncias, motivadas em um primeiro momento para viabilizar a logística militar que possibilitou a consolidação de sua supremacia política, em momento posterior permitiu a circulação de mercadorias, pois o transporte terrestre, embora menosprezado pela maioria dos estudiosos, também ocorria de forma crescente. Não é à toa que existe o dito popular “todos os caminhos levam a Roma.” Desta forma, Hopkins ressaltou os fatores econômicos para o desenvolvimento do alto nível de urbanização, ao longo do litoral do Mediterrâneo, evitando entendê-lo como um fenômeno exclusivamente cultural e político (HOPKINS, 2012, p.119-20).

O estudo de Hopkins foi, portanto, elaborado de modo a refletir o que a maioria dos especialistas em História Econômica da antiga Roma acreditava ter acontecido: um aumento do produto *per capita* entre os séculos II a.C e II d.C., seguido por um período de estabilização que, por sua vez, foi sucedido por uma queda. A partir dessas informações, apresentamos abaixo o gráfico 1, que resume essas informações:

Gráfico 1 – Estimativa do produto interno bruto *per capita* no mundo romano (200 a.C. a 200 d.C.)

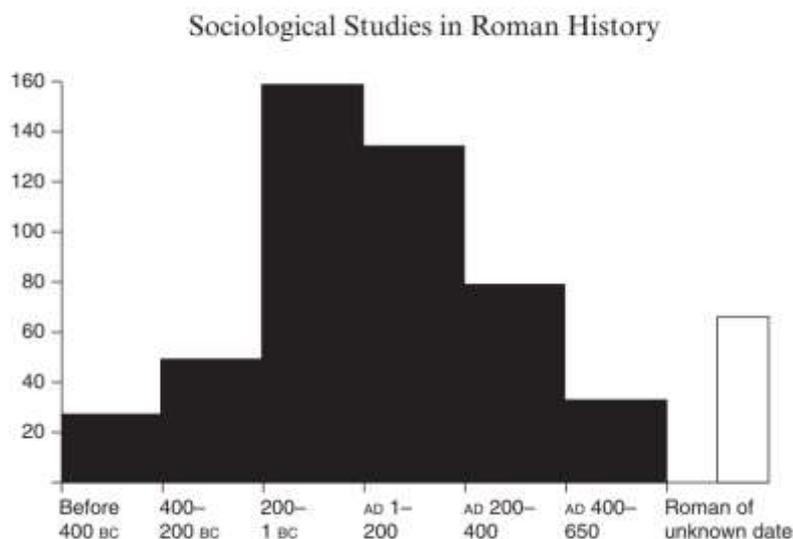


Fonte: Saller, 2002, p. 260.

Este gráfico indica o ápice do produto interno bruto do império Romano no decorrer do Alto Império. Em termos concretos, esta é a estimativa de elevação *per capita* que torna possível todos os estudos que defendem o crescimento na economia romana entre 200 a.C. e 200 d.C. As evidências que permitiram montar este quadro foram obtidas através da Arqueologia. Assim, embora Hopkins nunca tenha abandonado a essência do modelo “finleyiano”, criou um modelo econômico mais complexo e diverso (DUPRAT, 2015, p. 26).

Para reforçar essas hipóteses, apresentamos as evidências econômicas romanas a partir de seus artefatos da vida cotidiana, que foram recuperadas através de uma única fonte: os naufrágios. A. J. Parker coletou e sistematizou informações arqueológicas sobre 545 naufrágios que foram prospectados entre as décadas de 1980 e 1990, todos concentrados nas costas da Itália, França e Espanha, onde a arqueologia submarina era, até então, mais avançada e se referem, sobretudo, ao Mediterrâneo ocidental. Houve uma ocorrência muito elevada de naufrágios romanos entre o período de 200 a.C. a 200 d.C., demonstrando que, entre o período Republicano e o Principado, houve uma elevação jamais verificada no comércio marítimo no Mediterrâneo e que não seria equiparada nos próximos mil anos (HOPKINS, 2018, p. 222-3). Grosso modo, foram esses os dados que motivaram Hopkins a levar em consideração o valor da Arqueologia em seus estudos sobre a economia antiga e que revolucionaram o campo. Vide, abaixo, o gráfico 2, que resume as informações coletadas:

Gráfico 2 – Dados provenientes de naufrágios datados no Mediterrâneo Ocidental, compilados por Parker



Fonte: Parker (1979, p. 12; 1992, p. 560).

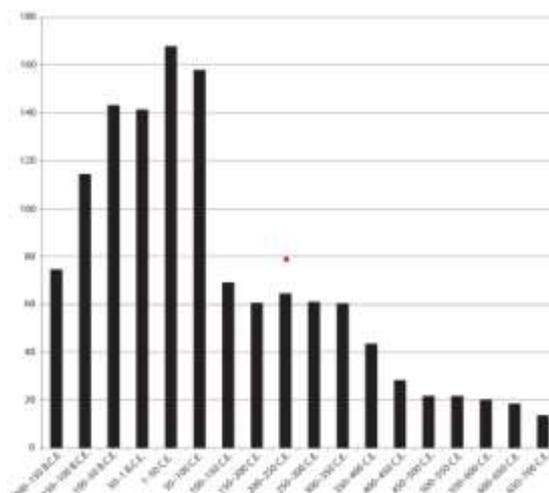
Veja também em Horden & Purcell (2000, p. 371) e Hopkins (2018, p. 222).

Fonte da imagem: (HOPKINS, 2018, p. 222).

Estudos mais recentes trazem as evidências do Mediterrâneo Oriental, permitindo compor um quadro ainda mais abrangente da economia romana. Um conjunto de dados recuperados a partir de 54 naufrágios, datados entre o século II a.C. até o VII d.C., demonstra que o sudoeste da Turquia apresenta um rico estudo de caso, capaz de examinar as tendências de longo prazo na economia marítima entre o mundo romano e a

Antiguidade Tardia. Nos últimos anos, o programa “Oxford Roman Economy Project” (OXREP) deu passos importantes, não apenas aumentando a quantidade e a qualidade dos dados compilados para o mundo romano, mas também quantificando os naufrágios com medidas mais efetivas de cronologia, composição da carga e toda uma sorte de detalhes, oferecendo o vislumbre de um momento congelado do passado, uma “cápsula do tempo” (LEIDWANGER, 2017, p. 595). Vide, abaixo, o gráfico 3, que atualiza as informações do gráfico anterior:

Gráfico 3 – Histograma de naufrágios na região do Mediterrâneo Oriental com base no banco de dados OXREP, século II a.C. até o século VII d.C.



Fonte da imagem: Leidwanger (2017, p. 606).

Ao incluir os dados do Mediterrâneo Oriental, pode-se perceber que a tendência de crescimento econômico iniciada a partir da República perpassou o Principado e, a seguir, descreveu lenta e progressiva queda até a Antiguidade Tardia. Diante destas questões, sugerimos que havia uma rede de distribuição de bens muito mais ativa e complexa, o que oferece uma estrutura conceitual para repensar e descrever melhor o fenômeno da conectividade do mundo antigo: “rotas de navegação” e “redes comerciais” permeiam tanto a literatura acadêmica quanto as concepções populares da antiga prática marítima. Há pouco tempo, as redes assumiram um papel formal como ferramenta metodológica adequada para sistemas complexos e conjuntos de dados ricos, como os densos registros históricos e materiais de comunicação e troca, que também abrange a análise de redes sociais, oferecendo uma nova e sistemática estrutura de dados para os estudos do mundo antigo. Dependendo das perguntas feitas, os dados podem refletir as relações e semelhanças de cultura material ou outros atributos relacionados, tais como parâmetros ambientais ou topográficos (LEIDWANGER, 2017, p. 607).

Diante do exposto, os dados arqueológicos recuperados a partir da prospecção subaquática seriam, por si, suficientes para comprovar que a realidade econômica romana era muito mais dinâmica do que o modelo de cidade consumidora preconiza. Agora, imagine se pudéssemos cruzar estes dados com as evidências materiais de produção econômica levantadas no estrato arqueológico de suas cidades? Vamos citar apenas um exemplo, mas de peso: o monte *Testaccio*, situado em Roma, entre o rio Tibre e o monte Aventino, apresenta uma verdadeira “montanha de evidências”. A pesquisa neste sítio está revolucionando nosso entendimento sobre a atividade econômica romana. A contribuição da CEIPAC (*Centro para el Estudio de la Interdependencia Provincial en la Antigüedad Clásica*), a cargo do professor Remesal

Rodríguez, deve ser ressaltada, pois está mudando os rumos dos estudos sobre o papel econômico das cidades antigas. Desde então, estamos verificando avanços sistemáticos nas pesquisas sobre a economia romana, baseadas na Anforologia, na Epigrafia e no estudo das complexas redes de abastecimento que a cidade de Roma formou com suas inúmeras cidades provinciais. Como já demonstramos, eram essas as evidências que preocupavam Finley, pois ele sabia que as ânforas e o seu caráter indestrutível tinham potencial para desafiar de forma contundente seus modelos minimalistas. Então, recomendamos a todos os pesquisadores que estejam dispostos em inovar os estudos sobre a economia romana que sigam este método.

Até porque a generalização do *Idealtypus* neo-weberiano não se coaduna com as discussões recentes, nas Ciências Humanas, em geral, sobre a fluidez e diversidade das relações sociais, tanto no presente quanto no passado. Assim como, no mundo atual, a globalização e o capitalismo não são compartilhados por todos, em toda parte, da mesma maneira, menos ainda se poderia admitir tal uniformidade no mundo antigo. Os estudos da cultura material, em especial do *instrumentum domesticum*¹⁶, prenes de dados sobre a economia antiga, mostram uma variedade de situações muito distante daquela uniformidade primitivista. A Arqueologia, ao voltar-se para o corriqueiro e o comum, para os artefatos de uso cotidiano, passou a apresentar um manancial de informações sobre a produção e trocas econômicas, cuja interpretação requer modelos interpretativos capazes de dar conta da diversidade de situações históricas e sociais (FUNARI & GARRAFFONI, 2006, p. 54).

De modo que cresce a nossa convicção que não apenas o modelo de cidade consumidora é inadequado, como também qualquer modelo que busque padrões recorrentes no desempenho econômico das cidades antigas vai atrapalhar mais do que ajudar, dado o grau de diversidade e complexidade que agora se reconhece na economia antiga. Em nosso entendimento, essa afirmação também vale para as cidades de qualquer lugar ou período histórico, pois nunca existiram duas cidades iguais, a começar no que se refere à disponibilidade de recursos, sejam agrários, minerais, florestais, tecnológicos, humanos ou culturais. Outras características também são determinantes em moldar a vida econômica de qualquer povoamento, tais como a sua proximidade com estradas ou antigas rotas comerciais, além do acesso a cursos d'água, sejam marítimos ou fluviais. Na Antiguidade, para citar apenas uma combinação fortuita, a simples disponibilidade de produtos agrários ou haliêuticos, sal, argila de boa qualidade, recursos florestais e meios de escoar a produção por via marítima e/ou fluvial, podia fomentar diversas atividades econômicas em uma cidade e empregar milhares de pessoas. Ora, essa diversidade de casos continua ocorrendo nas cidades modernas sob a égide do capitalismo e todos sabemos que as diferenças de desempenho econômico entre as cidades modernas continuam imensas e discrepantes, então consideramos muito improvável que qualquer modelo seja capaz de prever tantas variáveis e se demonstrar viável.

Decerto que nem tudo deve ficar por conta da Arqueologia. As abordagens geo-história e antropológica são primordiais para se estudar a Economia Antiga, justamente porque as regiões, províncias e meios sociais não estavam no mesmo nível de desenvolvimento. As economias litorâneas eram, de modo

¹⁶ O termo *instrumentum domesticum* pode parecer um tanto impreciso, mas encontra consenso entre os especialistas para referir-se à maioria dos objetos do cotidiano romano que eram portáteis; muitos recebiam inscrições. As mais conhecidas são as inscrições em ânforas, impressões em tijolos, telhas, tubos e lucernas, além dos selos e grafitos em *terra sigillata*. Na verdade, inúmeros produtos e artefatos também recebiam inscrições no mundo romano, até pães em Pompeia, durante o séc. I d.C. (HARRIS, 1993, p. 7).

geral, mais prósperas do que as das regiões no interior e ambas eram muito diferentes da economia que era praticada nas regiões montanhosas. Devemos pensar a economia antiga com base em um método comparativo, qualitativo e interdisciplinar, o que exige aptidões as mais diversas e métodos multidisciplinares: conhecimento das ciências da Antiguidade e das línguas latina e grega, epigrafia, papirologia, direito antigo, numismática, entre outros, e uma cultura histórica geral bem diacrônica, permitindo desenvolver um comparativismo prudente e fecundo; uma familiarização com os conceitos e categorias históricas e econômicas (GAIA, 2010, p. 96-7).

Considerações finais

Em última análise, esses modelos ideais de cidade de tipo weberiano/finleyiano foram utilizados sob uma abordagem equivocada e o problema, em nossa opinião, pode ser metodológico. O tipo ideal de cidade antiga, tal como foi formulado, não deveria passar de uma simples oposição binária, um dispositivo heurístico, mera ferramenta, cuja função seria simplificar de forma deliberada um dado fenômeno histórico e distinguir um parâmetro com o qual se possa lidar com um problema complexo e recuperar dados, mas é óbvio que seus resultados são parciais e reducionistas. Não obstante, como já aludimos, este problema pode ser contornado, ao menos em parte, se adotarmos um estudo de caso multidisciplinar a partir de um conjunto de contraposições pertinentes sobre um dado tema, para que possamos descrever suas múltiplas vertentes e alcançar um resultado mais realístico do cotidiano das cidades romanas através do tempo e do espaço. Se não fizermos isso, é fútil e enganoso tentar encaixar todas as cidades antigas em um tipo ideal. A vocação produtiva das cidades sempre foi determinante para seu desempenho econômico e, por isso, atuaram os mais diversos papéis; a localização geográfica importava muito e havia cidades litorâneas, portuárias, de mercado, capitais provinciais, do interior, montanhosas etc. De modo que é necessário levantar toda documentação literária e arqueológica concernente à economia de uma dada cidade e testar o modelo através de estudos de caso. Com efeito, não é difícil reconhecer que as divergências entre os vários tipos ideais que foram formulados (cidade consumidora, cidade produtora, cidade organizadora, cidade prestadora de serviços, cidade mercantil) são tão grandes que a abordagem do tipo ideal acabou por se tornar mais um obstáculo do que um subsídio para a conceituação da economia dos antigos centros urbanos. Não apenas isso: precisamos reconhecer que a concentração do debate em torno do papel econômico das elites distorceu nossas visões sobre a composição social e o caráter da vida urbana (WILSON, 2002, p. 233-4). Já passou da hora de concentrarmos nossos esforços no sentido de avaliar melhor a contribuição dos grupos subalternos para a economia antiga, pois, em última análise, foram eles que a tornaram um acontecimento possível e palpável, haja visto que trabalharam muito para produzir tanto as *commodities* quanto as ânforas que as empacotaram, tornando possível seu transporte e comércio para todos os cantos do Império. Em suma, a classe trabalhadora foi responsável pelos rastros econômicos da Economia Antiga que hoje em dia nos valem em nossos estudos.

Por ocasião da dissertação de mestrado (DUPRAT, 2015), demonstramos que havia muita diversidade e que ocorriam economias heterogêneas e discrepantes no território do Império Romano (MATTINGLY, 2011). Nossa nova incursão no tema confirma esta posição e estamos muito confiantes, pois já percorremos esta seara e temos alguma experiência. De modo que pretendemos contribuir para este campo de estudo mais uma vez, enfatizando em sua diversidade. Para concluir, gostaríamos de citar

Richard Saller, que recorreu a uma figura de linguagem para criticar as contraposições entre primitivistas e modernistas que, segundo ele, sempre polarizaram suas visões em um padrão do tipo “ou preto, ou branco”. Ele acredita que a “verdade” esteja no meio¹⁷, em alguma tonalidade da cor “cinza” (2002, p. 252, grifos nossos). Mas, diante da diversidade que se presume, preferimos usar outra figura de linguagem, mais adequada para caracterizar o desempenho econômico dos romanos: é melhor tentar entender a variedade de desempenho econômico de suas cidades sob o prisma dos “cinquenta tons de cinza”, ou mesmo quinhentos.

¹⁷ A “doutrina do meio termo” é muito antiga e surgiu no pensamento grego desde o advento das máximas délficas e apregoava as virtudes da moderação, “nada em excesso”; foi enfatizada mais tarde na filosofia aristotélica, que sugeriu que a “médica áurea” ou “doutrina do meio-termo” seria o caminho mais lógico entre dois extremos (Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, II.1).

Referências bibliográficas

- ALFARO GINER, Carmen. **Fishing nets in the Ancient World: the historical and archaeological evidence.** In: Ancient nets and fishing gear. Tonnes Bekker-Nielsen; Darío Bernal Casasola (eds.). Cádiz: Universidad de Cádiz, 2010, p. 55-82.
- ANDREAU, J. **Twenty years after Moses I. Finley's The Ancient Economy.** In: The Ancient Economy. W Scheidel and Sitta von Reden (eds.). London: Routledge, 2002, p. 33-49.
- ANDREAU, J. **L'économie du monde romain.** Paris: Ellipses, 2010.
- ANDREAU, J. **Entretien avec Jean Andreau.** In: Mercato: le commerce dans le monde grec et romain. P.P.A. Funari et Airton Pollini (orgs.). Paris: Les Belles Lettres, 2012, p. vii-xx.
- ANDREAU, J. **L'économie gréco-romaine était-elle capitaliste?** Conferência proferida no Seminário "L'argent, l'enrichissement, la richesse de l'Antiquité à la Renaissance", ocorrida na Université de Picardie Jules Verne (UPJV), Amiens, França, 2013.
- ANDREAU, J. **Réflexions sur la ville de consummation.** In: Index: quaderni camerti di studi romanistici, international survey of roman law, n° 45. Napoli: Jovene editore, 2017, p. 762-770.
- ANDREAU, J. **Concepts économiques dans les oeuvres des juristes romains.** In: **Diritto romano e economia: Due modi di pensare e organizzare il mondo (nei primi tre secoli dell'Impero) / a cura di Elio Lo Cascio, Dario Mantovani.** Pavia: Pavia University Press, 2018, p. 223-254.
- ANDREAU, J.; LE GUENNEC, Marie-Adeline; MARTIN, Stéphane. **Économie de la Rome antique: histoire et historiographie.** Recueil d'articles de Jean Andreau. UN@ Éditions, 2021.
- BERNAL CASASOLA, D. **Garum in context: new times, same topics in the post-Ponsichian era.** In: The Inland Seas: towards an ecohistory of the Mediterranean and the Black Sea. Tønnes Bekker-Nielsen and Ruthy Gertwagen (eds.). Stuttgart: Franz Steiner Verlag. 2016, p. 187-214.
- BINTLIFF, John. **Settlement patterns.** In: A companion to Mediterranean history. By Peregrine Horden and Sharon Kinoshita (eds.). Chichester: Wiley Blackwell, 2014, p. 203-218.
- BRAUDEL, F. **The Mediterranean and the Mediterranean world in the age of Philip II.** New York: Harper & Row, 1972-1973, c1949.
- BRESSON, A. **The making of the ancient Greek economy: institutions, markets, and growth in the city-states.** Princeton: Princeton University Press, 2015.
- BRUHNS, H. **Max Weber, l'économie et l'histoire.** Annales. Histoire, Sciences Sociales, 51e année, n° 6 (nov-dec), 1996, p. 1259-1287.
- BRUHNS, H. **Moses I. Finley, coupable de "wébérisme"?** Anabases 19, 2014, p. 69-82.
- BRUHNS, H. **Max Webers historische Sozialökonomie = L' économie de Max Weber entre histoire et sociologie.** Wiesbaden: Harrassowitz, 2015.
- BUCHER, K.: **Die Entstehung der Volkswirtschaft.** Tübingen: Laup'sche Verlagsbuchhandlung, 1893.
- CURTIS, R. I. **The Garum Shop of Pompeii.** Cronache Pompeiane, V, 1979, p. 6-23.
- DUPRAT, Paulo Pires. **Economia e romanização em Bracara Augusta durante o alto-império: uma reflexão comparativa.** Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: PPGHC/UFRJ, 2015.
- ENGEL, Darel Tai. **"Ancient Greenbacks": Athenian Owls, the Law of Nikophon, and the Greek Economy.** Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte, Bd. 54, H. 4, 2005, p. 359-381.

- ERDKAMP, P. **Beyond the limits of the ‘Consumer City’**: a model of the urban and rural economy in the Roman world. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 50, H. 3, 2001, p. 332-356.
- ÉTIENNE, R.; MAYET, F. **Le garum à la mode de Scaurus**. *Gerión. Homenaje al Dr. Michel Ponsich*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1991, p. 187-194.
- ÉTIENNE, R.; MAYET, F. **Le garum à Pompéi**: production et commerce. In: *Revue des Études Anciennes*. Tome 100, n°1-2. Centenaire de la revue, 1998, p. 199-215.
- ÉTIENNE, R.; MAYET, F. **Salaisons et sauces de poisson hispaniques**. Paris: Boccard, 2002.
- FINLEY, M.I. **Technical innovation and economic progress in the Ancient World**. *The Economic History Review*. Volume 18, Issue 1, Aug 1965, p. 29-45.
- FINLEY, M. I. **Ancient history**: evidence and models. New York: Penguin Books, 1987, c1985.
- FINLEY, M. I. **The Ancient economy**. Berkeley: Univ. of California. Press, 1973.
- FOUCAULT, M. **Naissance de la biopolitique**. Cours au Collège de France (1978-1979). Édition établie sous la Direction de François Ewald et Alessandro Fontana, par Michel Senellart (Collection Hautes Études). Paris: Seuil; Gallimard, 2004.
- FUNARI, P.P.A. **A Anforologia**: uma nova disciplina arqueológica. In: *Revista de História, S.P.*, n° 118, 1985, p.161-170.
- FUNARI, P.P.A.; GARRAFFONI, R. S. **Economia romana no início do Principado**. In: SILVA, Gilvan Ventura; MENDES, Norma Musco (Eds.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: EDUFES, 2006, p. 53-63.
- FUNARI, P.P.A.; HALL, M.; JONES, S. (eds.). **Historical Archaeology**: back from the edge. London and New York: Routledge, 1999.
- FUNARI, P.P.A.; CARLAN, C. Umpierre; DUPRAT, P. P. **Arqueologia e economia antiga no Mediterrâneo**: das origens à dominação romana. São Paulo: Fonte Editorial, 2019.
- GAIA, D. V. **Questões para o estudo da economia antiga**: notas para uma discussão. *Mare Nostrum*, ano 2010, v. 1, p. 84-98.
- GARNSEY, A.; SALLER, R. **The Roman Empire Economy, Society and Culture**. 2nd ed. London; New York: Bloomsbury Academic, 2014.
- GREENE, K. **The archaeology of the roman economy**. Berkeley: University of California Press, 1986.
- GREENE, K. **Technological innovation and economic progress in the ancient world**: M. I. Finley reconsidered. *The Economic History Review, New Series*, v. 53, n°1, 2000, p. 29-59.
- HARRIS, W. V. **Between archaic and modern**: problems in Roman economic history. In: *The Inscribed Economy. Production and Distribution in the Roman Empire in the light of the instrumentum domesticum*. W. V. Harris (ed.). Ann Arbor (Michigan), 1993, p. 11-29.
- HOPKINS, K. **Economic growth and towns in Classical Antiquity**. In: *Sociological studies in Roman history*. By Keith Hopkins; edited by Christopher Kelly. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, c1978.
- HOPKINS, K. **Rome, taxes, rents and trade**. In: SCHEIDEL, Walter; REDEN, Sitta von (ed.). *The Ancient Economy*. New York: Routledge, 2002, p.190-230.

- HOPKINS, K. **Taxes and trade in the Roman Empire, 200 b. C. - 200 a. C.** In: Sociological studies in Roman history. Edited by Christopher Kelly. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- HORDEN, P.; PURCELL, N. **The corrupting sea: a study of Mediterranean history.** Oxford (UK): Blackwell, 2000.
- KEHOE, Dennis P. The early roman empire: production. In: **The Cambridge Economic History of the Greco-Roman World.** W. Scheidel, I. Morris, R. Saller (eds.). Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 543-569.
- LEIDWANGER, J. **From time capsules to networks: new light on Roman shipwrecks in the maritime economy.** American Journal of Archaeology, vol. 121, n° 4 (October), 2017, p. 595-619.
- LEVEAU, P. **La ville antique et l'organisation de l'espace rurale: villa, ville, village.** Annales. Economies, Sociétés, Civilisations 38, 1983a, p. 920-42.
- LEVEAU, P. La ville antique, "Ville de consommation"? Parasitisme social et économie antique. In: **Études rurales, n° 89/91, L'Asie du Sud-Est entre la Chine et l'Inde Agriculture et pouvoirs (Jan.-Sept.),** 1983b, p. 275-283.
- LEVEAU, P. **Caesarea de Maurétanie: une ville romaine et ses campagnes.** Rome: Ecole française de Rome; Paris: Diffusion de Boccard, 1984.
- MARLIÈRE, Élise. **El odre y el tonel en época romana: testimonios arqueológicos e iconográficos.** In: "Arqueologia efímera: productos y materiales prececeros en el registro arqueológico de época romana. Morillo Cerdán, Angel; Hermanns, Marcus Heinrich; Salido Domínguez, Javier (Eds.). Mainz: Nünnerich-Asmus Verlag & Media, 2019, p.67-78.
- MARQUETTI, F. R.; FUNARI, P, P. A. **Gênero e cidade: entre o exposto e o velado.** In: Autorretrato: gênero, identidade e liberdade. Flávia Regina Marquetti, Pedro Paulo Abreu Funari (orgs.). Londrina: EDUEL, 2019, p. 21-36.
- MATTINGLY, D. J. **Beyond belief? Drawing a line beneath the consumer city.** In: Roman urbanism: beyond the Consumer City. Helen Parkins (ed.). London: Routledge, 1997, p. 205-213.
- MATTINGLY, D. J. **Imperial economy.** In: A Companion to the Roman Empire. David S. Potter (Ed.). Malden, MA: Blackwell, 2006, p. 283-297.
- MATTINGLY, D. J. **Imperialism, power, and identity: experiencing the Roman Empire.** Princeton: Princeton University Press, 2011.
- MATTINGLY, D. J. et al. **Leptiminus (Tunisia): a 'producer' city?.** In: Economies beyond agriculture in the classical world / David J. Mattingly and John Salmon (eds.). London: Routledge, 2001, p. 66-89.
- MORLEY, N. **Metropolis and hinterland: the city of Rome and the italian economy, 200 BC-AD 200.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MORLEY, N. **Theories, models and concepts in ancient history.** London: Routledge, 2004.
- MORLEY, N. **The early Roman empire: distribution.** In: The Cambridge Economic History of the Greco-Roman World. W. Scheidel, I. Morris, R. Saller (eds.). Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 570-591.
- PALMEIRA, M. S. **Moses Finley e a economia antiga: interdisciplinaridade na produção de uma inovação historiográfica.** Revista Vernáculo, n°. 8-9-10, 2005, p. 129-141.

- PALMEIRA, M. S. **Moses Finley e a “economia antiga”**: a produção social de uma inovação historiográfica. Tese (doutorado) – FFLCH/USP, 2007.
- PARKER, A. J. **Shipwrecks and ancient trade in the Mediterranean**. *Archaeological Review from Cambridge* 3.2, 1984, p. 101–11.
- PARKER, A. J. **Ancient Shipwrecks of the Mediterranean and the Roman Provinces**. (British Archaeological Reports: International Series, 580). Oxford: Tempus Reparatum, 1992.
- PARKINS, H. M. **Roman urbanism beyond the consumer city**. Helen M. Parkins (editor). London: Routledge, 1997.
- POLANYI, K. **The great transformation: the political and economic origins of our time**. Boston: Beacon Press, 1957.
- POLANYI, K. **Aristóteles descubre la economía**. In: Comercio y mercado en los imperios antiguos. K. Polanyi; C. M. Arensberg; H.W. Pearson (orgs.). Barcelona: Labor, 1976, p.111-141.
- REIBIG, A. **The Bücher-Meyer controversy: the nature of the ancient economy in modern ideology**. PhD thesis. University of Glasgow, 2001. <https://theses.gla.ac.uk/4321/>.
- REMESAL RODRIGUÉZ, J. **Heeresversorgung im frühen Prinzipat. Ein Art, die antike Wirtschaft zu verstehen**. In: Münstersche Beiträge z. antiken Handelsgeschichte, 2002, p. 69-84.
- SCHEIDEL, W. **Demography**. In: The Cambridge Economic History of the Greco-Roman World. W. Scheidel, I. Morris, R. Saller (eds.). Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 38-87.
- SCHEIDEL, W.; REDEN, S. von (orgs.). **The Ancient Economy**. Edinburg: Edinburgh University Press, 2002.
- SOMBART, Werner. **Der moderne kapitalismus**. 2nd ed, 3 vols. Munich & Leipzig, 1916-27.
- WALLACE-HADRILL, A. **Houses and society at Pompeii and Herculaneum**. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- WILSON, A.I. **Urban production in the Roman world: the view from North Africa**. Papers of the British School at Rome, vol. 70, 2002, p. 231-273. <https://www.jstor.org/stable/40311049>.
- WILSON, A.I. **Approaches to quantifying Roman trade**. In: Quantifying the Roman economy: methods and problems. A. Bowman and A. Wilson (eds.). Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 213-49.
- WHITTAKER, C. R. **Land, city and trade in the Roman Empire**. Hampshire (UK): Variorum, 1993.
- WHITTAKER, C. R. **Moses Finley, 1912-1986**. Proceedings of the British Academy, 94, 1997, p. 459-472.